

Modelo de atitudes face aos sem-abrigo em Portugal

MARTA MIGUEL (*)

JOSÉ ORNELAS (*)

JOÃO MAROCO (*)

INTRODUÇÃO

A situação de sem-abrigo é a condição de quem carece de residência fixa e adequada, e pode ser ocasionada por uma série de factores, como o desemprego, a falta de habitações de baixo custo, a guerra, a discriminação racial e a incapacidade física ou mental, mas também pela combinação entre estes e outros diversos factores.

O conceito de sem-abrigo varia muito entre nações, e reflecte muitas vezes o ambiente político mais do que a realidade da população. As definições oficiais de sem-abrigo tendem a basear-se em critérios de estilo de vida da pessoa, localização (onde permanecem), permanência de ocupação da habitação ou segurança da posse da habitação, qualidade da habitação e requisitos para apoios sociais; mas o uso de diferentes critérios em cada definição gera diferentes perspectivas sobre a situação de sem-abrigo, e afecta as políticas adoptadas para lidar com o problema (Tippel & Speak, 2005).

A FEANTSA (Federação Europeia de Organizações Nacionais que Trabalham com os Sem-Abrigo) define sem-abrigo num contexto de *continuum* de habitação, abordagem defendida por investigadores (Daly, 1996, cit. por Meert, Edgar, & Doherty, 2004; Meert, Edgar, &

Doherty, 2004; Toro & Warren, 1999) e defensores (*advocates*) dos sem-abrigo, que considera que as situações habitacionais podem variar entre a habitação estável e a situação de sem-abrigo literal, com muitas pessoas situando-se entre os dois extremos (Toro & Janisse, 2004).

A federação considera que o facto de cada vez mais as políticas de resolução e de prevenção desta problemática ocorrerem simultaneamente, exige que o conceito de sem-abrigo abranja mais do que a face visível do problema, os sem-abrigo de rua, para abranger as pessoas que vivem em situações vulneráveis e em risco de se tornarem sem-abrigo (FEANTSA, 2005).

Deste modo, adoptou uma definição conceptual de sem-abrigo que inclui quatro situações habitacionais distintas, que em geral dão conta da ausência de residência (Meert et al., 2004): os sem-tecto (*rooflessness*) – “*é a forma mais visível de sem-abrigo, incluindo pessoas que dormem na rua e pessoas que vivem ao ar livre*”; os sem-casa (*houselessness*) – “*refere-se a situações em que, apesar do acesso a abrigos de emergência ou instituições de longa duração, as pessoas continuam a ser classificados como sem-abrigo devido à falta de suporte para facilitar a reintegração social*”; a habitação insegura (*insecure housing*) – “*refere-se à posse insegura ou alojamento temporário, e pode ser consequência da inacessibilidade da habitação permanente. Inclui pessoas que partilham casa involuntariamente em circunstâncias absurdas, e pessoas cuja segurança está*

(*) ISPA – Instituto Universitário, Rua Jardim do Tabaco, 34, 1149-041 Lisboa; E-mail: martamiguel@portugalmail.pt / jornelas@ispa.pt / jpmaroco@ispa.pt

ameaçada pela violência ou ameaças de violência”; e o alojamento impróprio (inadequate accomodation) – “*inclui aqueles cujo alojamento é inadequado para habitação, ou é superpovoado, assim como aqueles cujo alojamento é uma caravana ou um barco*”.

A forma como se define sem-abrigo é importante porque “*quem definimos como sem-abrigo determina a forma como os contamos*” (Peressini et al., 1995, cit. por Tipple & Speak, 2005). O facto de não existir uma definição universal dificulta não só a apreensão precisa e compreensiva do problema, como o cálculo da sua prevalência, tendendo as estimativas a incidir apenas sobre elementos administrativos, como o número de pessoas que recorrem aos serviços de apoio aos sem-abrigo (Comissão das Comunidades Europeias, 2003).

A informação fidedigna sobre os sem-abrigo – quantos são; quem são; porque se encontram nesta situação; o que fazem para ganhar dinheiro – é essencial para se encontrarem soluções mais adequadas, mais sustentáveis no tempo e menos orientadas para as emergências. E para isso poderá ser necessário elaborar uma definição global, que possa ser adaptada a nível regional, tendo em conta diferenças regionais, como os padrões climáticos, as tradições, a cultura, as infra-estruturas sociais, os sistemas de providência, e as questões financeiras e de género (Springer, 2000).

O Grupo de Colecção de Dados da FEANTSA em colaboração com Observatório Europeu dos Sem-abrigo, desenvolveu uma Tipologia Europeia de Sem-abrigo e Exclusão Habitacional – ETHOS (Tabela 1).

TABELA 1

ETHOS 2006 – Tipologia Europeia de Sem-abrigo e Exclusão Habitacional (FEANTSA, 2006)

Categoria conceptual	Categoria operacional	Definição genérica	
Sem-tecto	1 Pessoas que vivem na rua.	1.1 Dormir na rua (não ter acesso a alojamento de 24 horas) / Sem domicílio.	
	2 Pessoas que permanecem num abrigo nocturno.	2.1 Abrigo durante a noite.	
Sem-casa	3 Pessoas em alojamentos para sem-abrigo.	3.1 Albergue para sem-abrigo. 3.2 Alojamento temporário.	
	4 Pessoas em abrigos de mulheres.	4.1 Alojamento em abrigos para mulheres.	
	5 Pessoas em alojamentos para imigrantes.	5.1 Alojamento temporário/ Centros de acolhimento (asilos). 5.2 Alojamento para trabalhadores migrantes.	
	6 Pessoas que esperam sair de instituições.	6.1 Instituições penais. 6.2 Instituições médicas.	
	7 Pessoas que recebem apoio (devido a situação de sem-abrigo).	7.1 Cuidados residenciais para pessoas sem-abrigo. 7.2 Alojamento apoiado. 7.3 Alojamento de transição com apoio. 7.4 Alojamento com apoio.	
	Habitação insegura	8 Pessoas que vivem em alojamento inseguro.	8.1 Temporariamente com a família/amigos. 8.2 (Sub)aluguer ilegal. 8.3 Ocupação ilegal de um edifício. 8.4 Ocupação ilegal de terreno.
		9 Pessoas que vivem sob ameaça de despejo.	9.1 Imposição de ordens legais (arrendatário). 9.2 Ordens de re-posseção (proprietário).
10 Pessoas que vivem sob ameaça de violência.		10.1 Registo policial de incidentes de violência doméstica.	
Habitação inadequada		11 Pessoas que vivem em construções temporárias / fora dos padrões.	11.1 Roulotte / caravana. 11.2 Edifício fora dos padrões. 11.3 Construção temporária.
	12 Pessoas que vivem em residências inaptas.	12.1 Inaptidão para habitação (segundo legislação nacional; ocupado)	
	13 Pessoas que vivem em residências extremamente lotadas.	13.1 Mais elevada norma nacional de sobrelotação.	

Esta tipologia parte das quatro categorias conceptuais anteriormente referidas (sem-tecto, sem-casa, habitação insegura e habitação inadequada), e define “13 categorias operacionais que podem ser usadas para recolher e comparar dados, e que é uma ferramenta suficientemente flexível para adaptar-se a diferentes objectivos políticos: para traçar planos do problema dos sem-abrigo (avaliação de necessidades), para desenvolver e monitorizar políticas, e para avaliar políticas” (FEANTSA, 2005).

Constitui uma tipologia dinâmica, na medida em que é adaptável a futuros desenvolvimentos no fenómeno dos sem-abrigo – por exemplo, quando os sem-abrigo de rua começarem a diminuir e as políticas começarem eventualmente a dirigir-se mais para o realojamento e repovoamento. No entanto, não constitui uma hierarquia da severidade da exclusão habitacional – por exemplo, não se pode considerar que viver numa garagem (habitação inadequada) seja melhor que viver em abrigos (sem-casa) (FEANTSA, 2005).

Alguns países europeus, como a Áustria, a Grécia, a Espanha, a Bélgica e Portugal, não têm nenhuma definição oficial de sem-abrigo (Meert et al., 2004; Edgar, Doherty, & Meert, 2003). Em Portugal, as situações consideradas de sem-abrigo são apenas as das pessoas que dormem na rua – os sem-tecto (rooflessness) (Edgar et al., 2003) – ou que recorrem aos serviços de emergência.

No entanto, nos últimos anos, tem-se vindo a constatar um certo interesse por parte das entidades oficiais em aceder à prevalência de pessoas sem-abrigo em Portugal, talvez devido a solicitações nesse sentido por parte da União Europeia

Em 2006, o Instituto da Segurança Social divulgou na imprensa resultados de um estudo sobre as pessoas sem-abrigo realizado entre 2004 e 2005, financiado por fundos comunitários (UE). Numa primeira fase do estudo procurou-se “uma definição conceptual da temática sem-abrigo”, através do levantamento efectuado pelos centros distritais do número de pessoas em situação de sem-abrigo (Pereira, 2006). Os resultados desta primeira fase revelaram a existência de 2717 pessoas em situação de sem-abrigo (Pereira, 2006).

Na segunda fase, em que se “tentou obter uma análise abrangente da situação dos sem-tecto residentes em Portugal”, 700 técnicos e voluntários, do Instituto da Segurança Social e de diversas instituições de solidariedade social, andaram na mesma noite na rua, em diversos concelhos de Portugal continental, a inquirir todos os indivíduos que encontraram a dormir ao relento ou em espaços públicos (Pereira, 2006). Foram inquiridas 524 pessoas, mas 57 inquéritos foram anulados por não corresponderem aos pré-requisitos da amostra (Pereira, 2006). Os principais resultados encontram-se resumidos na Tabela 2.

TABELA 2

Resultados da 2ª Fase do Estudo realizado pelo ISS

Característica	Percentagem
Nacionalidade portuguesa	75%
Vive sozinho	70%
Vive com pessoas em igual situação	14%
Problemáticas associadas:	
– Ruptura familiar	25%
– Problemas de saúde (toxic dependência, alcoolismo, doença física ou mental)	23%
– Desemprego	22%
– Nunca trabalhou (menos de 30 anos)	6%
– Já foi activo, mas está desempregado	82%
– Trabalha (imigrantes)	11%
– Habitação sem condições e dívida da casa	17%
Fonte de Rendimento:	
– Nenhuma	12%
– Actividades pontuais	58%
– Trabalho	6%
– Pensões	8%
– Prestações sociais	7%
– Outras	8%

O estudo revela já um interesse governamental na temática e poderá constituir um ponto de partida para outras investigações.

Porém, se se querem intervenções que resolvam os problemas sociais/comunitários e que integrem as pessoas na sociedade/comunidade, é fundamental perceber a visão que a mesma tem desses problemas e das pessoas por eles afectadas. Neste sentido, o estudo da opinião pública, isto é, das atitudes, perspectivas

e preferências da população face ao problema, constitui um método de investigação/acção que põe em evidência a perspectiva ecológica no problema dos sem-abrigo (Schlien, Tompsett, & Toro, 2002). Porque pretende aceder a informação, mas ao fazê-lo também envolve a população em geral no problema, faz as pessoas pensarem e sistematizarem ideias sobre ele, e dar opiniões sobre a sua resolução.

Conhecer a opinião pública sobre o problema dos sem-abrigo pode constituir uma ferramenta para guiar os interventores e os políticos no delineamento de programas e políticas de intervenção mais prováveis de serem apoiados pela população em geral (Tompsett & Toro, 2004; Tompsett, Guzicki, Schlien, Blume, & Lombardo, 2006). Ao perceberem-se as atitudes face ao problema dos sem-abrigo, podem prever-se os comportamentos relativamente às pessoas afectadas pelo problema e aos diferentes níveis e formas de intervenção.

O presente estudo surgiu no âmbito de uma investigação transnacional sobre a prevalência ao longo da vida e a opinião pública sobre os sem-abrigo e pretende confirmar o modelo de atitudes face aos sem-abrigo definido pela equipa de investigação nos E.U.A.

Na medida em que as atitudes dizem respeito a uma disposição interna do indivíduo face a um elemento do mundo social (grupo ou problema social), que orienta a conduta que ele adopta na presença, real ou imaginária, desse elemento, e que não pode ser directamente apreendida, necessitando do recurso a um instrumento composto por um conjunto de questões (Doron & Parot, 2001), supõe-se que a confirmação para a população portuguesa de um modelo de atitudes face aos sem-abrigo constituirá uma mais-valia para a investigação e intervenção no problema dos sem-abrigo.

As atitudes referem-se a experiências subjectivas referentes a um objecto e incluem uma dimensão avaliativa. *“São fruto da interacção social, de processos de comparação, identificação e diferenciação sociais que nos permitem situar a nossa posição face aos outros num determinado momento. Assim, encontramos semelhanças nas atitudes de indivíduos que pertencem a um mesmo grupo social e encontramos uma evolução das*

posições individuais e grupais ao longo do tempo” (Lima, 1997).

Segundo as teorias cognitivistas, as atitudes são definidas pela informação que temos sobre um objecto, isto é, pelas crenças. Crenças essas que têm origem em informação obtida directamente (experiência pessoal) ou indirectamente (interacção com os outros). No entanto, as atitudes mais estáveis e duradouras serão as resultantes da própria experiência (Fazio & Zana, 1981, cit. por Lima, 1997).

De acordo com outra perspectiva teórica, a formação de atitudes pode estar ligada a experiências emocionais. Neste sentido, Zajonc (1968, cit. por Lima, 1997) propôs o “efeito da mera exposição”, no qual defende que expor repetidamente os indivíduos a uma mesmo estímulo melhora as suas atitudes face a esse mesmo estímulo.

No seu Modelo dos Três Componentes das Atitudes, Rosenberg e Hovland (1960, cit. por Lima, 1997) definiam atitude como a predisposição para responder a uma determinado estímulo com um determinado tipo de respostas, respostas essas que propunham ser de três categorias que se interrelacionam entre si: respostas afectivas, cognitivas e comportamentais.

O instrumento utilizado no estudo permitiu apreender as três componentes das atitudes, através de questões que implicavam afirmações verbais de afecto, afirmações verbais de crenças e afirmações verbais relativas a acções, assim como identificar experiências pessoais e exposição dos participantes face à situação de sem-abrigo.

No estudo de opinião pública sobre os sem-abrigo realizado nos Estados Unidos no início da década de 90, Toro e McDonell (1992) verificaram que a população era bem informada e apoiante em relação aos sem-abrigo. E no estudo comparativo entre a opinião pública em 1993 e 2001, Tompsett et al. (2006) constataram que os participantes de 2001 tinham menos visões estereotipadas acerca dos sem-abrigo, mas que viam o problema como menos sério e menos resultante de factores económicos, o que demonstra que as atitudes vão mudando gradualmente ao longo do tempo.

MÉTODO

O estudo enquadra-se na investigação transnacional desenvolvida pelo Research Group on Homelessness and Poverty (Wayne State University, Detroit, E.U.A.), sobre a prevalência e a opinião pública acerca dos sem-abrigo.

Na sequência das suas investigações sobre a opinião pública face aos sem-abrigo nos Estados Unidos, o referido grupo de investigação tem vindo a desenvolver desde 1999 o estudo em vários países desenvolvidos (França, Bélgica, Alemanha, Reino Unido, Itália, Canadá, Japão e Polónia), através de parcerias inter-universitárias.

A investigação em Portugal surgiu na sequência de contactos entre o Prof. Doutor José Ornelas (ISPA) e a Doutora Marybeth Shinn (New York University,) que sugeriu o contacto com o Doutor Paul Toro (Coordenador do Research Group on Homelessness and Poverty), tendo este último proposto uma parceria para a realização da versão portuguesa do estudo.

Em Julho de 2004 foi criado o grupo de investigação – composto por colaboradoras em regime de voluntariado, todas alunas de diversos cursos do ISPA, e pela coordenadora da equipa e docente do ISPA, Mestre Maria João Vargas Moniz – e iniciou-se o processo de tradução e adaptação do instrumento. Contudo, a equipa foi sendo alargada ao longo do estudo com a integração de novas colaboradoras.

Em Janeiro de 2005 o projecto foi apresentado ao Centro de Investigação e Intervenção do ISPA, e, uma vez autorizado, iniciou-se em Junho de 2005 a recolha de informação.

Tratando-se de um estudo transnacional, o método seguiu os procedimentos dos estudos originais e das versões já efectuadas noutros países.

Os estudos de opinião pública pressupõem que esta é determinada tanto por circunstâncias permanentes (por exemplo, origem étnica, religião, estatuto económico e nível educacional) como por influências temporárias (por exemplo, impacto de acontecimentos actuais e efeitos de comunicações da comunicação social), e envolvem procedimentos para delinear uma amostra representativa da população sob estudo, baseando-se num critério não de tamanho, mas de representatividade.

Participantes

Os participantes no estudo foram seleccionados através de uma lista aleatória de telefones fixos adquirida pelo Research Group on Homelessness and Poverty junto da *Portugal Telecom*, e enviada à equipa em Portugal. Os números constantes da lista foram gerados aleatoriamente, de forma a representarem todos os números de Portugal, incluindo os não constantes das listas telefónicas, e assegurando uma amostra representativa relativamente à área geográfica e à densidade populacional.

Foram excluídos da amostra todos os contactos realizados para empresas e estabelecimentos comerciais, por se pretender entrevistar pessoas contactadas apenas para casas particulares (agregados familiares).

As entrevistas foram realizadas mantendo-se o anonimato dos entrevistados.

Os estudos já realizados sobre os sem-abrigo têm evidenciado que, apesar das diferentes definições de sem-abrigo entre países, parece haver evidência de formas comuns de pensar acerca das pessoas sem-abrigo (Furnham, 1996; Payne & Furnham, 1985, citados por Tompsett, Toro, Guzicki, Schlien, Blume & Lombardo, 2003), e de que as crenças causais e as crenças face a abordagens de intervenção podem ser mais influenciadas por factores demográficos intranacionais do que pelas diferenças entre países (Tompsett et al., 2003). De facto, ao longo dos estudos, o género, a idade e a afiliação política têm emergido como preditores relativamente sólidos das atitudes face aos sem-abrigo, enquanto a raça, a religião, o rendimento e o estatuto socioeconómico parecem menos consistentes (Tompsett & Toro, 2004), pelo que estes foram os parâmetros de caracterização da nossa amostra.

Caracterização dos participantes

Foram entrevistados 200 participantes, 74% do *sexo feminino* e 26% do *sexo masculino*.

No que respeita à idade, verificou-se um predomínio da faixa etária dos *45 aos 64 anos* (40%).

O grau de escolaridade mais frequente foi o *4º ano* (27%), seguido do *ensino secundário* (16%) e da *licenciatura* (12%). Apenas 1% dos participantes tinham *grau académico superior* à licenciatura.

Relativamente à etnia, 94% da amostra era *portuguesa*.

Quanto à ocupação, a mais frequente entre os entrevistados foi *desempregado/pensionista* (22,1%), seguida de *doméstica* (17,1%) e *estudante* (8,5%), o que representa uma taxa de 47.7% de participantes economicamente inativos.

39% dos entrevistados não responderam à questão do rendimento familiar e entre os que responderam o mais frequente foi ter um rendimento de *menos de €7,500* (31%). Apenas 0,5% afirmaram ter um rendimento familiar anual de *€50,000 ou mais*.

93,5% dos entrevistados estavam *recenseados na área de habitação* e 77,5% *votaram nas últimas eleições legislativas*.

Quanto ao partido político, 23,6% consideraram-se do *Partido Socialista*, 20,6% do *Partido Social-Democrata*, 4,5% do *Partido Comunista*, 3% do *Partido Popular* e 2,5% do *Bloco de Esquerda*. 45,5% afirmaram ser de *outro partido ou não ter*.

84% dos entrevistados afirmaram ser de *religião católica*.

O concelho de residência dos entrevistados distribuiu-se entre 76 concelhos de Portugal Continental e Regiões Autónomas, com maior incidência nos concelhos de *Lisboa* (7,5%), *Braga* e *Coimbra* (ambos com 4,5%). Estão representados na amostra as duas Regiões Autónomas e todos os distritos de Portugal, à excepção do distrito de Bragança. Os distritos mais representados foram o de *Lisboa* (21,1%), *Porto* (13,6%), *Braga* (10,6%), *Setúbal* (10,6%). Esta distribuição da amostra vai ao encontro da distribuição populacional real, na medida em que Lisboa, Porto, Braga e Setúbal são respectivamente os 4 distritos mais povoados de Portugal Continental, e Bragança o segundo menos povoado.

Instrumento

O instrumento utilizado – “A Perspectiva da População sobre as Pessoas Sem-Abrigo” – resulta da adaptação de instrumentos desenvolvidos por Toro & McDonnell (1992) e Link, Susser, Stueve, Phelan, Moore, e Struening (1994). O questionário desenvolvido por Toro e McDonnell (1992) permite aceder às crenças,

conhecimentos e atitudes face aos sem-abrigo. O questionário de Link et al. (1994) identifica e caracteriza experiências de sem-abrigo.

O instrumento foi traduzido e adaptado para Português, de acordo com as normas internacionais.

A fidedignidade teste-reteste da versão portuguesa não foi avaliada, por o instrumento ter sido originalmente construído para ser usado num estudo transnacional, e de as adaptações nacionais nos diversos países terem vindo a cingir-se ao processo de tradução e adaptação (Tompsett et al., 2003).

No entanto, a avaliação efectuada por Toro e McDonnell (1992) revelou uma fidedignidade de mais de 80% para todos os itens incluídos no corrente instrumento.

O questionário é composto por um total de 164 itens, que permitem aceder às atitudes, conhecimentos e opiniões dos entrevistados face à situação de sem-abrigo, assim como às crenças políticas relacionadas com a temática, às experiências pessoais de sem-abrigo e com pessoas sem-abrigo, e às características demográficas dos participantes.

Alguns dos itens dirigidos às atitudes dos entrevistados face à situação de sem-abrigo são questões de resposta fechada (por exemplo, “*Qual das seguintes instituições pensa que deve ser a mais responsável por ajudar a apoiar as pessoas sem-abrigo: Governo, Igrejas e Associações, ou As Próprias Pessoas Sem-Abrigo?*”), noutros são usadas escalas de Likert de 4 pontos (por exemplo, “*Quanto é que a falta de habitações a preços acessíveis contribui para o fenómeno dos Sem-Abrigo: Bastante, Um Bocado, Um Pouco ou Nada?*”).

Para se aceder às experiências pessoais de sem-abrigo, questionou-se o entrevistado se alguma vez se considerou sem-abrigo, seguindo-se com questões dirigidas a averiguar a idade na qual foi sem-abrigo, a duração da situação, e se se tratou de uma situação de sem-abrigo literal (dormir num abrigo ou num parque) ou de precariedade habitacional (dormir na casa de um amigo porque não tinha outro sítio para onde ir).

Para avaliar o conhecimento de características das pessoas sem-abrigo utilizaram-se medidas contínuas, solicitando aos entrevistados que

estimassem a percentagem de sem-abrigo que partilha uma dada característica (por exemplo, “*Em cada 100 pessoas sem-abrigo, quantas são homens?*”).

Acedeu-se à importância da situação de sem-abrigo relativamente a outras questões questionando o participante se considerava determinado assunto (por exemplo, “*Aumentar os gastos com a Educação*”) mais importante, igualmente importante ou menos importante que reduzir o número de pessoas sem-abrigo.

Embora tenha sido permitido aos entrevistados saltar questões a que preferiram não responder, foram usadas algumas hipóteses de respostas para prevenir respostas neutras. No entanto, muitos itens estavam codificados inversamente para evitar respostas tendenciosas (Tompsett et al., 2003).

Todos os itens tenderam a ser curtos, claros, directos e de fácil compreensão.

Procedimento

O instrumento foi aplicado por telefone.

As entrevistas foram realizadas por 9 elementos da equipa de investigação, todos estudantes dos diversos cursos do Instituto Superior de Psicologia Aplicada (três licenciaturas, pós-graduações e mestrados) e decorreram entre Junho de 2005 e Julho de 2006.

Os telefonemas foram feitos em diferentes alturas do dia, distribuindo-se a hora de início da entrevista entre as 10 e as 21 horas, com moda de 19 horas (29%).

Uma vez estabelecido o contacto com o interlocutor, o entrevistador identificava-se e explicava o objectivo do telefonema, solicitando a sua participação num estudo anónimo com a duração de cerca de 15 a 20 minutos. Em caso afirmativo, procedia-se à aplicação do instrumento através de uma entrevista estruturada.

Todas as entrevistas foram realizadas integralmente para contactos realizados para telefones fixos.

A duração média das entrevistas foi de 30,8 minutos, com uma moda de 30 minutos (8,5%), duração mínima de 12 minutos e duração máxima de 71 minutos.

As entrevistas foram transcritas no momento da realização e posteriormente informatizadas para facilitar a recolha dos dados.

Durante a realização das entrevistas foram registadas as histórias de sem-abrigo ou precariedade habitacional referidas pelos participantes.

A obtenção das 200 entrevistas implicou a realização de 2214 chamadas telefónicas efectuadas para telefones fixos. Pelo que, apenas 9% das chamadas telefónicas efectuadas resultaram em entrevistas completas.

Análise de dados

Para a análise estatística utilizou-se o programa *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), versão 14.0, tendo sido criada uma base de dados no referido programa.

De forma a avaliar a validade dos constructos do modelo de atitudes definido por Tompsett et al. (2006), procedeu-se à Análise Factorial Confirmatória (técnica de análise que permite confirmar em que medida os dados se ajustam ao modelo pré-estabelecido) através da Análise de Equações Estruturais (técnica que permite perceber de que forma as variáveis independentes explicam a variável dependente) realizada no programa AMOS, versão 7.

Para tal, foi necessário proceder à imputação de *missings* nos itens a utilizar. Os itens imputados tinham entre 1 e 2% de *missing values* e usou-se o método de regressão de imputação de *missings* com ajuste de resíduos.

Uma vez efectuada a especificação do modelo e a sua estimação, procedeu-se à avaliação da sua qualidade, tendo-se verificado que o modelo original (Tompsett et al., 2006) não se ajustava com qualidade aos dados do nosso estudo. Pelo que foi necessário efectuar o refinamento do modelo através do Método de Wald, que consiste na remoção de parâmetros livres, isto é, na remoção de algumas variáveis observáveis (itens), e avaliar a qualidade do ajustamento até se obter um modelo que se ajustasse com qualidade aos dados.

Ao modelo obtido acrescentou-se um modelo hierárquico de 2ª ordem para confirmar constructos teóricos abordados, mas não testados, por Tompsett et al. (2006), mas a sua estimação não revelou consistência.

RESULTADOS

A confirmação do Modelo de Atitudes definido por Tompsett et al. (2006) para a população norte-americana (Figura 1) revelou que este não se ajusta com qualidade à amostra do nosso estudo, tendo havido a necessidade de o refinar de forma a obterem-se valores aceitáveis dos indicadores de qualidade do ajustamento.

Os factores de atitudes para o modelo identificado para a nossa amostra são os mesmos, mas são menos os itens que os definem. Assim, temos

que as atitudes face aos sem-abrigo se dividem nos seguintes oito factores: Compaixão Geral; Restrições aos Direitos Públicos; Confiança nas Pessoas Sem-abrigo; Isolamento Social; Pessoas de Rua; Habitações/Serviços Necessários; Factores Económicos como Causa; Factores Pessoais como Causa.

Cada um dos factores é definido pela resposta aos itens do instrumento descritos na Tabela 3, onde podemos ver também, assinalados a negrito, os itens que faziam parte do modelo definido por Tompsett et al. (2006) e que não se confirmaram na nossa amostra.

FIGURA 1

Modelo de Atitudes inicial (Tompsett et al., 2006)

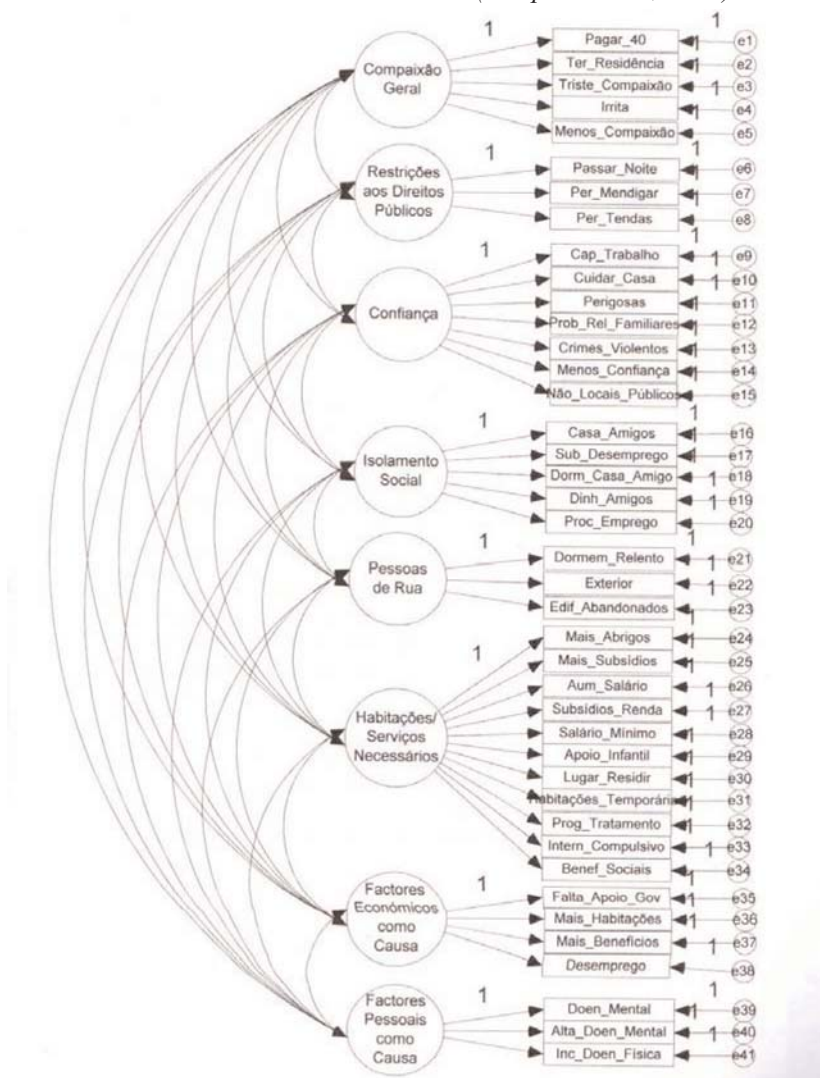


TABELA 3

Itens que definem os Factores de Atitudes

Factores de atitudes	Itens do questionário	Respostas mais frequentes
Compaixão geral	55) <i>Pagar 40 € por ano ou mais em impostos para a redução de pessoas sem-abrigo?</i>	
	59) <i>Ter uma residência para pessoas sem-abrigo na sua área de residência?</i>	78,9% Disponível
	66) <i>(em primeiro lugar) Quando pensa em pessoas sem-abrigo, sente-se triste e com compaixão.</i>	94,5% Concorda
	68) <i>Irrita-o(a) pensar que tantas pessoas são sem-abrigo num país como o nosso.</i>	90,4% Concorda
Restrições aos direitos públicos	69) <i>Sente menos compaixão pelas pessoas sem-abrigo do que costumava sentir.</i>	
	61) <i>Ter o direito de passar a noite em locais públicos ou estações de autocarro e comboios?</i>	
	63) <i>Ter a permissão de mendigar em locais públicos?</i>	60,8% Sim
	64) <i>Ter permissão para armar tendas ou outro género de abrigos temporários em locais públicos?</i>	55,8% Não
Confiança nas pessoas sem-abrigo	82) <i>(em primeiro lugar) A maioria das pessoas sem-abrigo tem boas capacidades de trabalho.</i>	64,1% Verdadeira
	83) <i>Se lhes for dada oportunidade, a maioria das pessoas sem-abrigo pode cuidar de uma casa.</i>	
	87) <i>Mesmo quando as pessoas sem-abrigo parecem estar bem, é importante recordar que podem ser perigosas.</i>	51,3% Verdadeira
	88) <i>A maioria das pessoas sem-abrigo sempre teve problemas com os seus relacionamentos familiares.</i>	76,5% Verdadeira
	89) <i>As pessoas sem-abrigo têm maiores probabilidades de cometer crimes violentos que as outras pessoas.</i>	56,8% Verdadeira
	92) <i>Se eu soubesse que uma pessoa tinha sido sem-abrigo, seria menos provável que confiasse nela.</i>	62,8% Falsa
Isolamento social	93) <i>Em defesa da segurança pública as pessoas sem-abrigo não deveria, ter permissão para se juntar em locais públicos.</i>	
	2.04) <i>As pessoas sem-abrigo passam a maior parte do seu tempo na casa de amigos ou familiares.</i>	85,4% Discorda
	2.14) <i>Os subsídios de desemprego são uma das maiores fontes de rendimento para as pessoas sem-abrigo.</i>	
	2.15) <i>As pessoas sem-abrigo dormem muitas vezes em casa de um amigo ou familiar.</i>	
	2.17) <i>Muitas pessoas sem-abrigo recebem dinheiro de amigos e/ou familiares.</i>	
Pessoas de rua	2.18) <i>As pessoas sem-abrigo passam a maior parte do seu tempo à procura de emprego.</i>	75,5% Discorda
	2.02) <i>As pessoas sem-abrigo geralmente dormem ao relento em lugares como parques, becos ou nas ruas.</i>	94% Concorda
	2.03) <i>As pessoas sem-abrigo passam a maior parte do seu tempo no exterior (parques, ruas, etc.).</i>	
Habitações/serviços necessários	2.13) <i>As pessoas sem-abrigo geralmente dormem em edifícios abandonados.</i>	88,9% Concorda
	95) <i>Despender mais dinheiro para construir abrigos e outros centros de apoio/emergência.</i>	
	96) <i>Despender mais dinheiro para conceder subsídios de habitação às pessoas sem-abrigo para que possam pagar renda.</i>	88,4% Sim
	99) <i>Aumentar o salário mínimo como forma a reduzir o número de pessoas sem-abrigo?</i>	
	102) <i>Atribuir subsídios de renda às pessoas sem-abrigo para que as possam pagar.</i>	
	104) <i>Aumentar o salário mínimo que as empresas têm de pagar.</i>	
	105) <i>Estabelecer programas de apoio infantil para que as mães sem-abrigo com crianças pequenas possam trabalhar.</i>	
Habitações/serviços necessários	106) <i>Exigir que todas as pessoas em instituições psiquiátricas tenham um lugar onde residir antes da alta hospitalar.</i>	
	107) <i>Criar mais habitações temporárias e de emergência.</i>	
	108) <i>Disponibilizar gratuitamente programas de tratamento (de álcool e drogas) as pessoas sem-abrigo.</i>	97% Eficaz e parcialmente eficaz
	109) <i>Internamento compulsivo de pessoas sem-abrigo com doença mental grave.</i>	89,4% Eficaz e parcialmente eficaz

cont. →

Itens que definem os Factores de Atitudes (cont.)

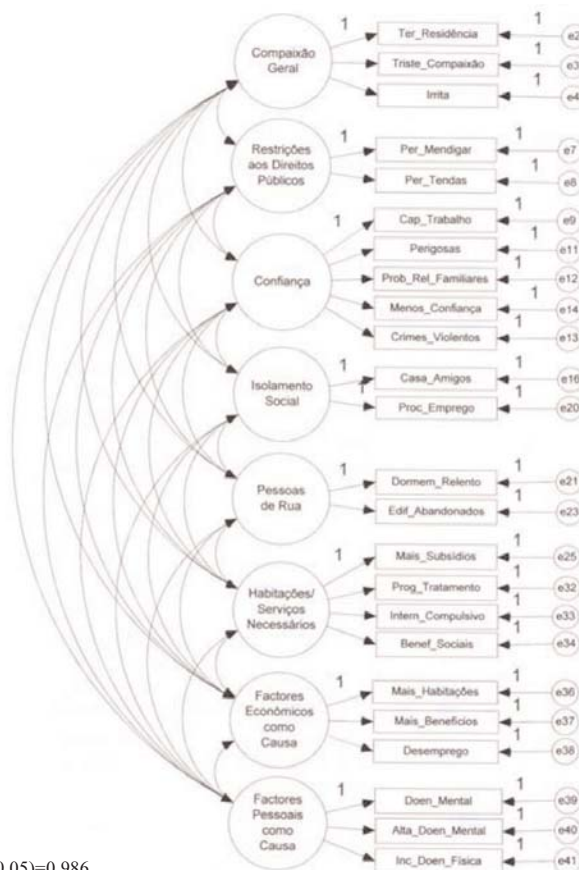
Factores de atitudes	Itens do questionário	Respostas mais frequentes
	110) (e) Ajudar mais pessoas sem-abrigo a obterem benefícios sociais.	87,4% Eficaz e parcialmente eficaz
Factores económicos como causa	81) Falta de apoio governamental aos pobres?	
	94) Despender mais dinheiro para construir habitações económicas para pessoas pobres.	96% Sim
	97) Despender mais dinheiro em benefícios sociais para as pessoas sem-abrigo.	91% Sim
	2.06) O desemprego é uma das principais causas da existência de pessoas sem-abrigo.	87% Concorda
Factores pessoais como causa	72) Doença mental?	78% Um bocado e bastante
	76) Alta hospitalar de pessoas com doença mental na comunidade	76,5% Um bocado e bastante
	78) Incapacidade e doença física?	86,9% Um bocado e bastante

Verificamos que o único factor de atitudes que se mantém inalterado em ambos os modelos é Factores Pessoais como Causa e que aquele em

que se verificam mais diferenças é Habitações/ Serviços Necessários.

Deste modo, o Modelo de Atitudes para a amostra do nosso estudo é o seguinte (Figura 2):

FIGURA 2
Modelo de Atitudes final

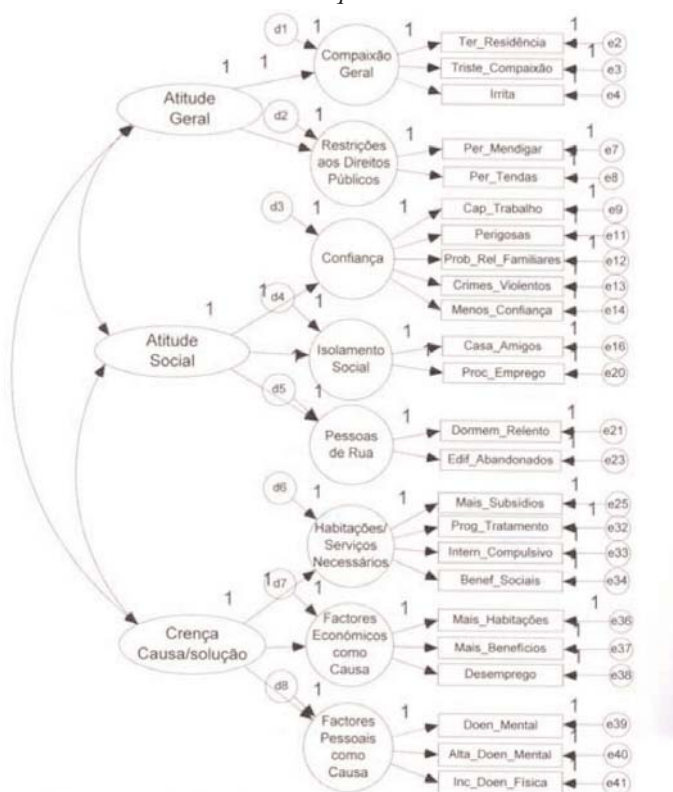


$X^2=274.498$; $X^2/df=1.220$;
GFI=0.902; CFI=0.915;
RMSEA=0.033; $P(RMSEA)<0.05=0.986$

A estimação do Modelo Hierárquico de 2ª Ordem, que propunha que os oito factores de atitudes se poderiam agrupar em factores de Atitude Geral (Compaixão Geral e Restrições aos Direitos Públicos), de Atitude Social (Confiança nas Pessoas Sem-abrigo, Isolamento

Social e Pessoas de Rua) e de Crença Causa/Solução (Habitações/Serviços Necessários, Factores Económicos como Causa e Factores Pessoais como Causa), não revelou consistência para os dados da nossa amostra.

FIGURA 3
Modelo Hierárquico de 2ª Ordem



DISCUSSÃO

A amostra do estudo caracterizou-se por ser constituída maioritariamente por indivíduos do sexo feminino (74%), de meia-idade (40% com idades compreendidas entre os 45 e os 64 anos), com baixa escolaridade (49% tinham até ao 9º ano), de origem portuguesa (94%), inactivos em termos de emprego (47,7%), de baixo nível sócio-económico (31% com rendimento inferior a 7.500€), activos em termos de voto político (77,5%), que revelaram orientação política (45,7%) e de religião Católica (87,4%).

Uma vez que a população portuguesa é constituída por 52% de mulheres e 48% de homens (Instituto Nacional de Estatística, 2002), verifica-se que a amostra não é representativa da população portuguesa relativamente ao sexo. No entanto, o facto de as mulheres estarem em maioria na amostra não é surpreendente, na medida em que os estudos efectuados nos E.U.A. também têm revelado uma maior percentagem de participantes do sexo feminino, embora em menor proporção (65% em 1993-94 e 60% em 2001) (Tompsett et al. 2006).

A distribuição do grau de escolaridade dos participantes não é muito diferente da real, visto que, em 2001, 35% da população portuguesa tinha o 4º ano, 16% o ensino secundário e 11% o ensino superior (Instituto Nacional de Estatística, 2002).

Sendo a taxa de população economicamente activa em Portugal, em 2001, de 48.2% (Instituto Nacional de Estatística, 2002), e englobando a nossa amostra apenas a população adulta, constata-se uma sobre representação deste grupo.

Tal como nos estudos precedentes (Tompsett et al., 2006), a maior parte das entrevistas ocorreram entre as 17:00 e as 21:00 horas (73,5%), horário em que se supõe que a maior parte das pessoas já tenham saído dos empregos, mas que mesmo assim originou uma grande representação de participantes economicamente inactivos. O facto de as mulheres, na população portuguesa em geral, serem menos activas em termos económicos do que os homens (taxa de actividade feminina é de 45%; Instituto Nacional de Estatística, 2002), poderá ser uma das razões da sua sobre representação na amostra.

A diferença significativa entre as durações mínima (12 minutos) e máxima (71 minutos) das entrevistas dever-se-á à diferente atitude de resposta dos participantes, que nuns casos se limitavam a responder às questões e noutros comentavam-nos e desenvolviam a conversa.

No que respeita à validade factorial do Modelo de Atitudes, verificou-se que o modelo para a população portuguesa é o mesmo que para a população norte-americana (Tompsett et al., 2006), mas que este último é definido por mais itens do questionário, o que vem de certo modo confirmar a transnacionalidade do instrumento. No entanto, Tompsett et al. (2006) referem que só três dos factores de atitudes identificados no seu estudo são comparáveis aos encontrados por Toro e McDonell (1992), representando os restantes cinco nuances de atitudes.

Assim, os factores de atitudes identificados são os seguintes: a Compaixão Geral pelo problema dos sem-abrigo; considerar que devem verificar-se Restrições aos Direitos Públicos das pessoas sem-abrigo; a Confiança nas pessoas sem-abrigo; crer que as pessoas sem-abrigo sofrem de Isolamento Social; acreditar que são Pessoas de Rua; considerar Habitações/Serviços

Necessários para a resolução do problema; e considerar os Factores Económicos e os Factores Pessoais como Causa da situação de sem-abrigo.

Quanto ao factor de atitude *compaixão geral*, os resultados revelam uma atitude compassiva perante os sem-abrigo.

Relativamente às *restrições aos direitos públicos*, parece haver uma certa condescendência relativamente à mendicidade, mas não em relação ao apoderamento de espaços públicos para construção de estruturas de abrigo temporário.

Na *confiança nas pessoas sem-abrigo* verifica-se uma atitude moderada. Se por um lado, a maioria dos participantes consideram que as pessoas sem-abrigo têm boas capacidades de trabalho (64,1%), e que não confiariam menos numa pessoa se soubessem que ela tinha sido sem-abrigo (62,8%), por outro, também consideram que as pessoas sem-abrigo têm mais probabilidades de cometer crimes violentos (56,8%). Relativamente à perigosidade das pessoas sem-abrigo, as opiniões dividem-se quase equitativamente, mas verifica-se um ligeiro predomínio dos que consideram que podem ser perigosas (51,3%).

Os participantes tendem a considerar as pessoas sem-abrigo como *isoladas socialmente* e consideram-nas, quase em unanimidade, *pessoas de rua*. Esta visão estereotipada das pessoas sem-abrigo parece também verificar-se na opinião pública alemã (Tompsett et al., 2003).

Quanto às *habitações/serviços necessários*, aparece a ideia da necessidade de mais apoios do Estado-providência, nomeadamente ao nível da disponibilização de tratamentos para os dependentes de substâncias e doentes mentais, donde a dependência de substâncias e da doença mental emergem enquanto causas individuais da situação de sem-abrigo.

No que concerne aos *factores pessoais como causa*, a doença mental (78%), a alta hospitalar de pessoas com doença mental (76,5%) e a incapacidade ou doença física (86,9%) são considerados factores que contribuem para a situação de sem-abrigo. No entanto, resultados do estudo do Instituto de Segurança Social (Pereira, 2006) revelam que apenas 23% das pessoas sem-tecto identificadas tinham problemas de saúde (toxicodependência, alcoolismo e doença física ou mental).

Relativamente aos *factores económicos como causa*, o desemprego é visto pela maioria como uma das principais causas da existência de pessoas sem-abrigo (87%), e surge novamente a ideia, quase consensual, de necessidade de mais apoios do Estado. Mais uma vez, o estudo do Instituto de Segurança Social (Pereira, 2006) revelou apenas 22% de pessoas sem-tecto em situação de desemprego.

Verificou-se então que as pessoas sem-abrigo tendem a ser consideradas pessoas de rua e como estando socialmente isoladas, pelo que se pode deduzir que são consideradas pessoas excluídas da sociedade. E constatou-se uma elevada compaixão geral face às pessoas sem-abrigo e uma posição comedida relativamente às restrições aos seus direitos públicos, mas também uma confiança moderada.

Dados da comparação entre a opinião pública na Alemanha e nos E.U.A. (Tomsett et al., 2003) evidenciam nos alemães uma menor tendência para as restrições aos direitos públicos, e maior tendência para a confiança e a compaixão geral, mas a ausência de informação suficiente não permite fazer a comparação da opinião pública de ambos os países com a opinião pública portuguesa.

Para desenvolvimentos futuros, seria interessante testar a validade factorial do modelo nos outros países onde o estudo já foi realizado, de forma a avaliar mais consistentemente as diferentes atitudes face aos sem-abrigo entre países.

Por outro lado, dado que devido à reduzida dimensão da amostra não foi possível calcular todos os índices de ajustamento do Modelo Hierárquico de 2ª Ordem, seria também relevante proceder à sua avaliação numa amostra maior.

REFERÊNCIAS

Comissão das Comunidades Europeias. (2003). *Relatório conjunto sobre inclusão social que sintetiza os resultados da análise dos planos de acção nacionais para a inclusão social (2003-2005)*. Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões, Bruxelas.

- Doron, R., & Parot, F. (2001). *Dicionário de psicologia*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Instituto Nacional de Estatística. (2002). CENSOS 2001 – Resultados definitivos. [On-line]. Available: http://www.ine.pt/prodserv/censos_definit/censos_de_finit.asp. (Janeiro 2007)
- Edgar, B., Doherty, J., & Meert, H. (2003). *Review of statistics on homelessness in Europe*. European Observatory on Homelessness. [On-line]. Available: http://www.feantsa.org/files/transnational_reports/EN_StatisticsReview_2003.pdf. (November 2006)
- FEANTSA (2005). *FEANTSA proposal for Urban Audit 2006*. Brussels: FEANTSA.
- Lima, M. L. P. (1997). Atitudes. In J. Vala & M. B. Monteiro (Coords.), *Psicologia social* (pp. 167-199, 3ª ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Link, B. G., Susser, E., Stueve, A., Phelan, J., Moore, R. E., & Struening, E. (1994). Lifetime and five-year prevalence of homelessness in the United States. *American Journal of Public Health, 84*(12), 1907-1912.
- Meert, H., Edgar, B., & Doherty, J. (2004). *Towards an operational definition of homelessness and housing exclusion*. Paper presented at the ENHR Conference, Cambridge, UK. [On-line]. Available: <http://www.enhr2004.org/files/papers/Meert,%20H.%20%20Towards%20an%20operational%20definition%20of%20homelessne.pdf>.
- Pereira, A. C. (2006). Há quase 3000 sem-abrigo em Portugal Continental. *Público*, 4/08/2006.
- Schlienz, N., Tompsett, C., & Toro, P. A. (2002). *Predictors of public opinion of homelessness in Germany*. Paper presented at the Annual Convention of the Society for the Psychological Study of Social Issues, Toronto. [On-line]. Available: <http://sun.science.wayne.edu/~ptoro/nspssi3.pdf>. (January 2006)
- Springer, S. (2000). Homelessness: A proposal for a global definition and classification. *Habitat International, 24*, 475-484.
- Tipple, G., & Speak, S. (2005). Definitions of homelessness in developing countries. *Habitat International, 29*, 337-352.
- Tompsett, C. J., & Toro, P. A. (2004). Public opinion on homelessness in the United States and other developed countries. In S. Barrow et al. (Eds.), *Encyclopedia of homelessness*. Great Barrington, MA: Berkshire Publishing/Sage. [On-line]. Available: <http://sun.science.wayne.edu/~ptoro/encych8.pdf>. (January 2006)

- Tompsett, C. J., Toro, P. A., Guzicki, M., Manrique, M., & Zatakia, J. (2006). Homelessness in the United States: Assessing changes in prevalence and public opinion, 1993-2001. *American Journal of Community Psychology*, 37(1/2), 47-61.
- Tompsett, C. J., Toro, P. A., Guzicki, M., Schlien, N., Blume, M., & Lombardo, S. (2003). Homelessness in the US and Germany: A cross-national analysis. *Journal of Community and Applied Social Psychology*, 13, 240-257.
- Toro, P. A., & Janisse, H. C. (2004, in press). Patterns of homelessness. In S. Barrow et al. (Eds.), *Encyclopedia of homelessness*. Great Barrington, MA: Berkshire Publishing/Sage. [On-line]. Available: <http://sun.science.wayne.edu/~ptoro/hopats4.pdf>. (January 2006)
- Toro, P. A., & McDonell, D. M. (1992). Beliefs, attitudes, and knowledge about homelessness: A survey of the general public. *American Journal of Community Psychology*, 20, 53-80.
- Toro, P. A., & Warren, M. G. (1999). Homelessness in the United States: Policy considerations. *Journal of Community Psychology*, 27(2), 119-136.

RESUMO

O presente estudo pretendeu confirmar o modelo de atitudes identificado nos estudos de opinião pública sobre os sem-abrigo, realizados nos E.U.A., com a mesma metodologia.

O instrumento – “A Perspectiva da População sobre as Pessoas Sem-Abrigo: Estudo em Portugal” – foi aplicado por telefone a uma amostra da população portuguesa gerada aleatoriamente, e composta por um total de 200 pessoas contactadas para telefones fixos.

A confirmação do Modelo de Atitudes revelou a existência de 8 factores de atitudes: Compaixão Geral, Restrições aos Direitos Públicos, Confiança nas Pessoas Sem-abrigo, Isolamento Social, Pessoas de Rua, Habitações/Serviços Necessários, Factores Económicos como Causa e Factores Pessoais como Causa.

Palavras chave: Atitudes, Opinião pública, Sem-abrigo.

ABSTRACT

The present study intended to confirm the attitudes model identified through the studies of public opinion on homelessness in the U.S.A with the same methodology.

The instrument – “The Public’s Perspective On Homelessness: Portugal Survey” – was applied by telephone to a randomly selected sample of the Portuguese population, composed by a total of 200 people who owned landline telephones.

The confirmation of the Attitudes Model for the Portuguese sample revealed the existence of the following attitudes factors: General Compassion, Limit Public Rights, Trustworthy, Social Isolation, Street People, Housing/Services Needed, Economic Factors as Cause and Personal Factors as Cause.

Key words: Attitudes, Homelessness, Public opinion.